

Acordo com Fundo pretende baixar dívida pública

Novas metas levam em conta que redução dos juros e da pressão cambial podem reduzir endividamento de 52,2% para 49,3% do PIB

Vicente Nunes
de Brasília

A explosão da dívida pública, que cresceu 11% em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) desde o início deste ano por causa da alta dos juros e da acentuada desvalorização cambial, foi o principal fator que levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a rever as metas do acordo fechado em dezembro do ano passado com o governo brasileiro. Segundo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o endividamento público deverá fechar o primeiro trimestre deste ano em R\$ 505,677 bilhões (52,2% do PIB), ou R\$ 117,010 bilhões a mais do que o saldo de R\$ 388,667 bilhões (42,6% do PIB) registrado no final de 1998.

Para afastar de vez as insinuações de que o governo não terá como pagar essa dívida, Malan afirmou que o governo se comprometeu com o FMI a fechar este ano com superávit primário (que não leva em conta os gastos com juros) de R\$ 30,018 bilhões, correspondentes a 3,1% do PIB no consolidado do setor público. Esse dinheiro, mais as receitas de privatização — estimadas para 1999 em R\$ 27 bilhões —, a queda real dos juros e a diminuição da pressão sobre o câmbio permitirão, na avaliação do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que o Brasil consiga reduzir seu endividamento a partir do final do ano, quando a relação da dívida com o PIB deverá estar em 49,3%. Para 2000, a relação projetada é de 47,4% do PIB. Em 2001, de 44,3%.

Fraga destacou que o governo está trabalhando com uma taxa real de juros de 10% para este ano. Isso significa dizer que a taxa média Selic — usada para os negócios com títulos públicos — deverá ficar, em 1999, em 28,8% ao ano, e a inflação, em 16,8%. No próximo ano, a meta de juros nominais é de 16,6% e a inflação projetada, de 6,5%. Para 2001, o governo e o FMI estão trabalhando com juros nominais de 13,7% e inflação de 5,2%.

O déficit nominal, que leva em

conta os gastos com os juros da dívida pública e não foram incluídos no acordo, deverá fechar o ano em 6,9% do PIB, bem acima dos 4,7% previstos no acordo que foi revisto, mas inferior aos 8% de 1998, disse o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. No acordo com o Fundo também não foi especificado quanto o governo gastará com juros neste e nos próximos dois anos. Mas Armínio Fraga destacou que, se for levado em conta apenas a taxa real de juros de 10%, as despesas com a dívida serão em torno de 4,5% do PIB (cerca de R\$ 41 bilhões, para um PIB estimado em R\$ 908 bilhões em 1998).

Na avaliação do presidente do BC, quanto mais rápido as taxas de câmbio se normalizarem, mais rápido cairão as taxas de juros. O governo está tentando ser otimista, apesar de o ministro Malan reconhecer a

gravidade do quadro atual da economia, de profunda recessão nesse primeiro semestre do ano. As estimativas são de que o dólar feche o ano valendo R\$ 1,70, subindo gradativamente para R\$ 1,77 em 2000 e para R\$ 1,84 no ano seguinte. O PIB, por sua vez, deverá registrar queda entre 3,5% e 4% em 1999, e subir entre 3,5% e 4% em 2000 e entre 4,5% e 5% em 2001.

Governo trabalha com uma taxa real de juros de 10% para este ano, diz Fraga. Malan espera reação no segundo semestre

“Estamos confiantes de que, em algum momento do segundo semestre, a economia dará sinais de reativação”, previu Malan, citando a Argentina e o México como exemplos de países que conseguiram registrar “excelentes índices de crescimento”, depois de um ano com a economia em queda.

Malan estimou que as exportações darão um importante sinal de reação ao longo deste ano, estimulada pela taxa de câmbio. Mas o saldo previsto de US\$ 11 bilhões na ba-

Variáveis Macroeconômicas			
Hipóteses utilizadas			
	1999	2000	2001
Taxa de inflação (acumulada no ano)	16,8%	6,5%	5,2%
Taxa de câmbio (R\$/US\$, final de período)	1,70	1,77	1,84
Taxa Selic (acumulada no ano)	28,8%	16,6%	13,7%
PIB	de -3,5% a -4,0%	de 3,5% a 4,0%	de 4,5% a 5,0%

lança comercial se dará, muito mais, pela retração econômica e, conseqüentemente, da diminuição das exportações. Segundo Fraga, as exportações deverão fechar o ano em US\$ 56,5 bilhões (mais 10,52% que em 1998) e as importações, em US\$ 45,5 bilhões (21% de queda). As estimativas anteriores apontavam para um déficit de US\$ 6,4 bilhões.

Com a grande melhora no resultado da balança comercial, o presidente do BC garantiu que o País conseguirá reduzir de 4,5% do PIB, no ano passado, para 3,5% o déficit em transações correntes. Esse déficit, de cerca de US\$ 17 bilhões, será,

pelas contas de Fraga, totalmente financiado pelos investimentos diretos no Brasil, estimados em US\$ 18 bilhões. Apesar da melhora nas transações correntes, o balanço de pagamentos deverá continuar apresentando déficits nos próximos meses, devido às elevadas amortizações de dívidas no exterior. “Isso, aos poucos, será revertido com a recuperação gradual dos fluxos de investimentos”, afirmou.

O cumprimento das metas acertadas com o FMI, admitiu Fraga, são fundamentais para a retomada da confiança dos investidores sobre a capacidade do governo de arcar com

seus compromissos. Não foi à toa que a equipe econômica incluiu no acordo com o Fundo novos aumentos de receitas e cortes de gastos. O governo, segundo Pedro Malan, está trabalhando com um cenário de que, até setembro, os militares já estejam contribuindo com a Previdência Social, cujo projeto será submetido ao Congresso. Do lado dos cortes, as despesas com salários do funcionalismo públicos serão reduzidas em 0,15% do PIB.

Pelo acordo com o FMI, os maiores sacrifícios serão feitos pela União, que terá de aumentar em 0,6% — de 1,8% para 2,3% do PIB — o superávit primário neste ano. As estatais se comprometerão com superávit de 0,6% do PIB, com corte de 0,9% do PIB em seus investimentos. Os estados terão de apresentar resultado primário positivo de 0,4%. Não estão considerados gastos adicionais dos estados.

A direção do BID aprovou ontem a liberação da próxima parcela do empréstimo ao Brasil, de US\$ 3,4 bilhões.